

CENSURA, REPRESSÃO E SILÊNCIO: A MEMÓRIA DA IMPRENSA ESCRITA DE MONTES CLAROS DURANTE O GOVERNO MILITAR (1964-1985)

Camila Gonçalves Silva¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a censura na imprensa escrita da cidade de Montes Claros, a partir da compreensão da relação entre jornalistas e os membros do 10º Batalhão de Polícia Militar (PMMG)² no período de 1964 a 1985. A referida corporação implantou nas redações dos jornais soldados fardados ou a paisana para executarem o papel de censores. A necessidade de se manterem vinculados ao emprego para prover o sustento familiar não impediu os jornalistas de expressarem parte de seu descontentamento frente ao Governo Militar. Utilizavam recursos como linguagem subliminar e metáforas para expressarem as opiniões e ao mesmo tempo permanecerem na sua profissão. Utilizamos como fontes a Revista Montes Claros em Foco, periódico local e depoimentos de jornalistas que trabalharam nos jornais 'Diário de Montes Claros' e 'Jornal de Montes Claros'. A metodologia utilizada na confecção deste artigo é a História Oral.

Palavras-chave: Jornalistas, Imprensa, Montes Claros.

Abstract: This article aims to examine the censorship in the press of the city of Montes Claros, from understanding the relationship between journalists and members of the 10th Military Police Battalion (PMMG) in the period 1964 to 1985. That corporation deployed in newsrooms of newspapers in uniform or plainclothes soldiers to perform the role of censors. The need to remain bound to provide employment for their livelihood did not stop the part of journalists to express their discontent against the military government. Used something like subliminal language and metaphors to express the views while staying in their profession. Used as sources to Montes Claros in Focus Magazine, local newspaper and testimonies of journalists who worked in the newspaper "Diario de Montes Claros 'and' Journal of Montes Claros." The methodology used in the preparation of this article is the Oral History.

Keywords: Journalists, Media, Montes Claros.

Introdução

No que tange ao campo historiográfico investigativo de nosso estudo, a análise de nosso objeto nos permite realizar uma abordagem que abrange os campos da História Política e da História Social. De acordo com o historiador José D'Assunção Barros (BARROS, 2004), os trabalhos historiográficos que podem ser classificados como História Política são os que dão enfoque ao poder ou as relações que o envolvem. Ao analisar a imprensa escrita montesclareense nos deparamos com a personificação da figura do censor, que tem o poder de controlar os discursos que chegam à sociedade. Em virtude disso, nos deparamos com o Batalhão de Polícia de Montes Claros que cumpria, em um âmbito menor, o poder do Governo Militar na sociedade montesclareense, através da censura a imprensa escrita local.

Simultaneamente, os estudos que envolvem a História Social são aqueles que têm como cerne investigativo: as classes sociais, as relações humanas, movimentos sociais e espaços de sociabilidades. Podemos de modo preliminar destacar que o nosso estudo abrange análises relacionadas ao cotidiano das redações dos jornais, ao espaço de sociabilidade de cidade do interior entre censores e jornalistas. Enfim, compreendemos não apenas as relações sociais, mas os processos pelos quais estava inserido nosso objeto de pesquisa.

No que concerne à conexão entre História Política e História da Mídia, apresentamos o historiador Jean-Noël Jeanneney que observa: “No front da história política renovada, o setor dos meios de comunicação não é o mais ardorosamente trabalhado”. (JEANNENEY, 2003: 213). O autor ressalta que existem muitas dificuldades impostas ao pesquisador interessado em realizar pesquisas utilizando jornais. Em muitos casos a falta de preservação dos exemplares e o descaso quanto ao processo de organização adequada deixa muito a desejar. Entretanto, o autor faz menção sobre a importância de estudos científicos que utilizam a imprensa, seja ela escrita, falada ou televisiva, isto é, “[...] a importância que uma sociedade política faz de si mesma, apreciando seus efeitos da ideia – correta ou falsa – que ela faz da influência dessa representação dos rumos de seu destino [...]”.(JEANNENEY, 2003: 213).

Nosso *corpus* documental é composto em primeiro lugar, da Revista Montes Claros em Foco, periódico bimestral relacionado aos anos 1964 a 1979. Esses periódicos nos proporcionam uma visão contextual do período analisado.

Também utilizamos entrevistas, através do recurso metodológico da História Oral. O pesquisador Gwyn Prins expressa que muitos profissionais das ciências humanas têm receio em utilizar fontes orais em suas pesquisas. Mesmo aqueles que possuem objetos singulares, ao

utilizarem a oralidade ficam céticos ou apreensivos quanto à sua aplicação. Segundo Prins, em uma sociedade como a nossa, em que o mundo acadêmico sempre é exaltado, é quase um hábito para os pesquisadores se sentirem mais seguros com fontes e documentos oficiais. Nesse sentido, o autor expõe uma interessante explicação sobre a receio em utilizar a metodologia pautada na História Oral:

Os historiadores das sociedades modernas, industriais e maciçamente alfabetizadas – ou seja, a maior parte dos historiadores profissionais – em geral são bastante céticos quanto ao valor das fontes orais na reconstrução do passado. [...] Os Historiadores vivem em sociedades alfabetizadas e, como muitos dos habitantes de tais sociedades, inconscientemente tendem a desprezar a palavra falada. Ela é o corolário de nosso orgulho em escrever e de nosso respeito pela palavra escrita. E por que não? Como Vasina observou, a comunicação através da linguagem simbólica, escrita, é uma realização absolutamente estupenda. O alfabetizado tende a esquecer disso. [...] É para essas partes vitais da tarefa do historiador que a história oral – tradição, reminiscência, passado e presente – com seu detalhe, sua humanidade, freqüentemente sua emoção e seu muito desenvolvido ceticismo com relação a todo o empreendimento historiográfico – é principalmente dirigida (PRINS, 1992:163).

Felizmente, para os historiadores contemporâneos esse temor já foi superado, sendo crescente o número de pesquisas que possuem depoimentos em seu *corpus* documental. Ao corroborarmos da opinião de Prins, sobre a importância do resgate da memória, escolhemos para a redação do presente artigo três depoimentos realizados com os jornalistas: Antônio Felipe Antônio Guimarães Gabrichi, Eduardo Almeida Brasil e George Nande. Utilizamos um questionário padrão e realizamos gravação em áudio, que resultou num total de seis horas e meia de gravação. Os referidos jornalistas trabalharam nos periódicos ‘Jornal de Montes Claros’ e ‘Diário de Montes Claros’, no recorte temporal de nossa pesquisa.

Consideramos primordial em nosso trabalho o uso de fontes orais, para compreendermos a censura e as formas de atuação da mesma. Também ressaltamos o resgate da memória dos jornalistas sobre o momento político vivenciado, suas lembranças, sua memória, enfim sua trajetória pessoal e profissional. Quando se trabalha com o recurso da oralidade é importante ter em mente o conceito de memória. Para a historiografia contemporânea a noção de memória está vinculada à concepção do indivíduo narrar um fato. Nesse sentido, várias percepções podem se relacionar ao estímulo à memória, como questões que envolvem, por exemplo, a psicologia. Dessa maneira, a história dialoga com outras ciências. O historiador que refletiu a respeito dessa análise, foi Jacques Le Goff em sua obra “*História e Memória*”, e expõe:

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém e os reconstitui (LE GOFF, 2001: 91).

Sobre o uso da História Oral, Maria Paula Araújo e Tânia M. Fernandes em “*História Oral: Teoria, Educação e Sociedade*” (ARAÚJO M. P., FERNANDES, T.M: 2006) explicitam o quão importante é o uso da oralidade nas análises historiográficas, de modo que o historiador constrói a fonte através de suas perguntas. Amplia-se assim, o conceito de fonte que não está mais solidificada em caixas de arquivos ou presas em centros de documentações. O uso de entrevistas evidencia o processo de exame de fontes que foram edificadas pelo historiador. As autoras salientam ainda a importância da *Ecollé des Annales* nesse processo de inovação metodológica, aspectos que ficam evidenciados no trecho a seguir:

Assim o depoimento oral percebido enquanto fonte histórica, acrescenta à fontes tradicionais e aos fatos, minimamente comprovados, versões diferenciadas acerca de uma determinada prática social de um acontecimento, não significando uma exaltação biográfica e sim uma construção histórica. Novos temas, novas fontes e, sobretudo novas abordagens – um horizonte praticamente inesgotável de possibilidades de pesquisas e narrativas historiográficas. Este foi o legado da Escola dos Annales para os historiadores dos séculos XIX e XX (ARAÚJO, 2006: 16).

Dessa maneira, ainda podemos destacar que, como método investigativo a História Oral nos permite a produção de documentos com características singulares, afugentando-nos de interpretações estabelecidas em princípios que separam rigidamente sujeito e objeto de pesquisa.

No que se refere às obras da historiografia brasileira, que se dedicam a estudos sobre Governo Militar, detém em seu conteúdo pelo menos um capítulo que aborda o impacto à imprensa após a implantação do Governo Militar. Em “*O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*” Júlio José Chiavenato expõe como a imprensa durante o governo de João Goulart atacava o presidente apoiando abertamente a possível intervenção dos militares no cenário político. Podemos encontrar também, a autora Maria Aparecido Aquino em: “*Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O exercício do cotidiano da dominação e da resistência*”, obra dedicada aos estudos relacionados à imprensa com relevantes considerações sobre o

movimento estudantil. A autora utiliza como fontes recortes e manchetes de jornais para compreender a trajetória da imprensa no contexto de intensa censura.

Outra categoria acadêmica vem se dedicando nas últimas décadas a realizar estudos relacionados à censura a imprensa: os jornalistas. Encontramos muitas dissertações de mestrado e doutorados nas quais os autores utilizaram aparato documental variado, como depoimentos, processos crime, jornais, revistas e outros. Em “*Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*” (STEPHANOU, 2001) o jornalista Alexandre Ayub Stephanou empreendeu análises desde o contexto político do governo ditatorial até o impacto da legislação no cerne da imprensa escrita. Também investigou a repressão no meio artístico, no meio estudantil e no meio operário. Em “*A censura política na imprensa brasileira 1968-1978*” (MARCONI, 1979) o jornalista Paolo Marconi, em sua tese de doutorado, teceu importantes reflexões através da análise dos depoimentos dos jornalistas Hélio Fernandes, Ruy Mesquita e Alberto Dines, dono da Tribuna da Imprensa, O Estado de São Paulo e editor chefe da Folha de São Paulo respectivamente.

O jornalista Luís Fernando Assunção em sua obra “*Assassinados pela Ditadura – Santa Catarina*” (ASSUNÇÃO, 2005) publicou uma série de reportagens feita a partir da coleta de depoimentos de familiares dos jornalistas do Estado de Santa Catarina. Profissionais que foram torturados ou executados durante a vigência da Ditadura Militar. São reportagens que espelham dor e feridas não cicatrizadas pelo ferrenho Governo Militar.

Nesse sentido nosso estudo se insere nas perspectivas dos trabalhos arrolados, pois analisa a censura à imprensa, num viés historiográfico interpretativo que valoriza a História local e a memória dos jornalistas sobre o aparato repressor do Governo Militar.

Em um estudo anterior, de caráter monográfico (SILVA, 2006) identificamos a presença da censura nas redações dos periódicos da cidade de Montes Claros. Devido a viabilidade de fontes, consideramos primordial prosseguirmos com aprofundamento nesse tema, ainda não explorado pela historiografia local. Além do mais, encontramos evidências de que houve não apenas censores nas redações dos jornais, mas que os censores eram na sua maioria policiais militares. As principais formas de burlar a censura era o uso de metáforas e da linguagem subliminar. Observamos também a importância do trabalho da referida corporação local no cumprimento dessa repressão. Examinar minuciosamente a imprensa escrita é entrar em contato com um lado não divulgado da sociedade montesclarensense durante a vigência do Regime Militar brasileiro.

Censura & Repressão à Imprensa escrita

Evidenciamos que a censura na cidade de Montes Claros possui uma particularidade que se fixa em nosso estudo como marco, o ponto de partida para análise do aparato repressor nas redações dos jornais. A participação da Polícia Militar de Montes Claros na condução do golpe de 1964 refletiu na inserção do aparato repressor. Com objetivo mostrar que Montes Claros era um exemplo para o governo instituído, a referida corporação inseriu censores das redações dos impressos.

O ponto final de nossas abordagens o é ano de 1985. O sistema de censura em nosso recorte espacial: Montes Claros, cidade pequena e com ares de provincianismo possuiu outra singularidade. Ao contrário dos jornais que circularam em nível nacional, como o *Estado de São Paulo*, *Opinião*, *Tribuna da Imprensa*, que vivenciaram o período situado entre os fins da década de 1970 como o momento de desmantelamento da censura, as redações dos jornais ficaram sob o sistema de cerceamento até o ano de 1985.

Os impressos apenas enxergaram o final da censura quando o último Presidente Militar da República deixou o poder, ou seja, depois dos 21 anos de governo. Nesse sentido, o nosso objeto de análise incorporou todo o aparato repressor de modo prematuro se comparado aos periódicos em âmbito nacional, ao passo que se livrou desse mesmo aparato tardiamente. Nesse caso, apontamos como fator indispensável para o cumprimento das ações cerceadoras foi o 10º BP de Montes Claros.

Montes Claros no ano do Golpe Militar de 1964, de acordo com os dados do período passava por um momento de crescimento urbano. Contava com uma população de 136.400 habitantes, sendo 42.500 habitantes vivendo no perímetro urbano. As ruas estavam sendo asfaltadas, hotéis sendo construídos: ACIMC Hotel e Edifício Clemente Faria; 5 clubes esportivos de recreação e, possuía ainda cerca de 945 estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas. Os ramos econômicos principais eram as culturas agrícolas e pecuárias. A revista *Montes Claros em Foco* de janeiro e fevereiro de 1964 acentua que a cidade aos seus 106 anos apesar do crescimento era caracterizada como “[...] inquieta e cheia de transformações adolescente”, (Revista Montes Claros em foco, 1964: 54).

Os militares em âmbito nacional apoiados pela Doutrina de Segurança Nacional, que postulava que era necessário eliminar qualquer possibilidade de implantação do comunismo, executam em 31 de Março de 1964 o golpe militar. Conforme Julio José Chiavenato (CHIAVENATO, 2004) no contexto mundial vivíamos o período da Guerra Fria, o chamado Mundo Bipolar encabeçado pelos Estados Unidos (capitalismo) e pela extinta União Soviética (socialismo) estabeleciam áreas de influência no intuito de angariar cada vez mais aliados e

poder. O Brasil, mais precisamente os homens que permeavam poderes políticos e econômicos, e, principalmente tinham interesses em estabelecer relações de comércio com o EUA, impetraram sentimentos de oposição a ideologias socialistas ou comunistas. O general Golbery do Couto e Silva, um dos principais ‘teóricos’ da Doutrina de Segurança Nacional, criou o Sistema Nacional de Informação (SNI) para realizar intensa vigilância social:

Essa é a guerra – total, permanente, global e apocalíptica – que se perfila, desde já, no horizonte sombrio de nossa agitada época. E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé. (CHIAVENATO, 2004: 89).

Acerca desse discurso ‘apocalíptico’ podemos inferir que o mesmo estava inserido em todas as patentes do corpo militar. A necessidade de ‘salvar’ ou libertar o país dos preceitos comunistas ou socialistas, considerados como permissivos perpetuou-se nos discursos do exército e da polícia militar. O Coronel do 10º BPMMG de Montes Claros na época, Georgino Jorge de Souza foi a figura que materializou esse aspecto em nível local. Sob o discurso que afirmava a necessidade de ‘salvar’ a sociedade local das injúrias do comunismo/socialismo.

Nesse sentido, se torna primordial em nossas análises, haja vista a influência dessa instituição em nosso objeto, compreender um pouco mais sobre essa instituição. O 10º BP montesclarensense foi instalado no ano de 1956 com a denominação de 10º Batalhão de Infantaria. A Unidade representa 35 municípios do Norte de Minas, com sede na cidade de Montes Claros.

Se aprofundarmos na história dessa instituição identificaremos o seu surgimento no ano de 1937, através do decreto lei nº 977, do mesmo ano. O então governador do Estado, Benedito Valadares criou a instituição, com denominação de Batalhão de Caçadores Mineiros – 10ºBCM, sediado na capital do Estado, Belo Horizonte. O objetivo da sua criação partiu da necessidade de dar suporte ao golpe de Estado, denominado de “Estado Novo”. É transferida posteriormente para o sul de Minas – Muzambinho – e por falta de recursos, acaba sendo extinta. Em 1955 o Coronel Geraldo Tito Silveira publica um livro sobre a história da instituição e enfatiza a necessidade e relevância de trazer a mesma para a cidade de Montes Claros, como podemos atestar a seguir:

O mais acertado seria a sua transferência para a cidade de Montes Claros, cujo bispado mede cerca de 130 quilômetros quadrados, e com uma população de 500 mil almas. Município de Montes Claros, apesar dos

desmembramentos sofridos com a criação de novas comunas, talvez seja ainda maior do que a Bélgica. (PM ON-LINE, 2008).

Em 13 de junho de 1956 houve a transferência de alguns membros do corpo militar para a cidade de Montes Claros, a saber: subtenentes, sargentos, cabos e soldados oriundos do 3º Batalhão de Infantaria. Em 28 de julho, do respectivo ano, se concretiza a transferência da instituição, sendo empossado o Coronel Geraldo Batista. Na década de 1960 se destaca a figura que possui intenso relevo em nosso trabalho – Coronel Georgino J. de Souza.

O Coronel Georgino Jorge de Souza conduziu a sua tropa até Brasília – capital federal – no intuito de apoiar em 1964 o Golpe Militar. Nascido na cidade de Guanambi interior do Estado da Bahia, Georgino formou-se como professor em 1934. Inseriu-se no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, em 1940. Em 1961 concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Entre os anos de 1943 a 1958 foi delegado de Polícia em 68 cidades mineiras. Atuou como presidente tanto da Ordem dos Advogados do Brasil de Montes Claros como também, do Rotary Clube da mesma cidade. Faleceu aos 85 cinco anos da cidade de Montes Claros, no dia 28 de fevereiro de 2004.

Montes Claros, em 1964 tinha conhecimento que algo no meio político havia mudado: de um presidente civil, João Goulart, passamos a ter como presidente um militar, o General Castelo Branco. Entretanto, no cotidiano da população através dos depoimentos dos jornalistas podemos compreender que essa mudança não alterou a rotina das pessoas. Por outro lado, não deixou de ocorrer durante os anos da Ditadura Militar resistência por parte de estudantes, políticos, jornalistas e artistas locais. Apesar de não ser esse o foco de nossas análises, expressões públicas e opiniões contrárias à implantação do Governo Militar aconteceram. Entretanto, não foram de grandes dimensões como as que sucederam no cenário nacional. Conforme podemos evidenciar na citação a seguir de um de nossos depoimentos:

A comunidade de Montes Claros com exceção de algumas pessoas como o próprio Darci Ribeiro que é montesclarenses e o Mário Ribeiro, esses mais antigos da política, essas pessoas tinham consciência do que estava acontecendo, mas a população em si passava despercebida dessas coisas, sabe?

[...] A sociedade começou normal, almoçando e jantando e tomando café, as crianças indo para a escola, a diversão acontecendo, como se nada tivesse acontecendo... (GABRICH, 2006).

Logicamente podemos inferir que não é que a população da cidade seja alienada as questões políticas de nosso país, mas os debates em torno do Golpe de 1964 era tema proibido pela sociedade. Apenas aqueles que tinham acesso a cargos políticos, em contato com

intelectuais ou inseridos nesses círculos sociais tinham uma melhor noção do que estava acontecendo. Além desse aspecto, o debate via meios de comunicação na imprensa escrita era proibido, assim informações políticas ficavam restritas a apenas alguns indivíduos.

A revista *Montes Claros em Foco*, trouxe em uma edição extra conteúdo relacionado às homenagens feitas ao 10º BPMMG por atuar na manutenção e concretização do Golpe Militar. O 10º BP local viajou até a capital do Brasil para contribuir com a operação e êxito da inserção dos militares na presidência da República. A matéria intitulada “*Generais da Revolução*” é rica em enaltecer o sentimento de heroísmo no cumprimento do dever da corporação recém chegada de Brasília. A sociedade montesclareense comparece a esse momento de homenagens ao Regimento Local:

Carinhosas e entusiásticas homenagens foram prestadas pela sociedade de Montes Claros, por ocasião do regresso à cidade dos valorosos soldados do Décimo Batalhão de Infantaria, pelo seu comportamento durante as operações revolucionárias. Como representante do governador Magalhães Pinto compareceu o Comandante Geral da Polícia Militar Cel. José Geraldo de Oliveira que também foi alvo de significativas e justas homenagens. Constituiu assim, uma nota de grande imponência a chegada das tropas, entusiasticamente aplaudidas e recebidas com flores. O Desfile foi aberto pela Banda de música do Batalhão. A seguir, num jeepe aberto, passou o Cel. Georgino Jorge de Souza ilustrado comandante do Décimo, com oficiais e depois os expressivos contingentes, sendo, os líderes da revolução delirantemente ovacionados pela multidão. De um palanque armado em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, assistiram ao desfile o Cel. José Geraldo de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar, o Prefeito Municipal Dr. Pedro Santos, o Presidente da Câmara Sr. Orlando Ferreira Lima, Deputado Federal Dr. Francelino dos Santos, Monsenhor Gustavo Ferreira e outras autoridades fazendo-se ouvir diversos oradores, sendo os líderes da revolução delirantemente ovacionados pela multidão (grifo nosso) (Revista Montes Claros em foco, 1964).

É praticamente incontestável o entusiasmo da população frente à presença dos militares no desfile que os prestigiava, conforme percebemos na citação. Apontamos também a participação de representantes do governo Estadual, municipal e até mesmo da Igreja Católica na recepção. O comportamento de saudações e contentamento frente aos membros do corpo militar postulava um comportamento que nada terá de análogo ao dos profissionais da imprensa escrita local.

Conforme já mencionamos, o 10º Batalhão de Polícia Militar local no momento em que se instaurou o Regime Militar no país, inseriu no cotidiano das redações dos jornais da cidade soldados fardados ou à paisana. Através dos depoimentos identificamos a presença de

superiores, como coronéis para exercerem o papel de cercear os assuntos a serem publicados na imprensa escrita:

Nós tivemos é... no caso do Diário de Montes Claros foi até um Coronel, Antônio, acho que era Antônio ele era Major, não, não era não, acho que ele era Coronel, no Jornal de Montes Claros com um Capitão, que era chamado de Capitão Lázaro é... nesse do Diário de Montes Claros ele era Capitão, Capitão Antônio, depois foi até presidente, foi diretor do Colégio Tiradentes, veio a ser diretor do Colégio Tiradentes, depois... era uma pessoa muito culta, muito bondosa, muito boa de tratar (GABRICH, 2006).

Nesse mesmo trecho em que podemos comprovar a existência do aparato repressor, contém o aspecto principal que também ensejamos discutir: a convivência e a relação dos censores com os jornalistas. No entanto, precisamos definir inicialmente quem eram esses censores. Nas três entrevistas realizadas, podemos comprovar que o corpo de censores era formado essencialmente por soldados, coronéis e capitães do próprio regimento local. Em alguns casos os depoentes relatam que os censores pareciam ser do Serviço de Informação, da Polícia Militar e da Polícia Federal, distinguidos pela farda ou uniforme usado.

A cidade de Montes Claros apesar de estar em um momento de crescimento comercial e urbano era uma cidade pequena, e por isso imputava a convivência de jornalistas e censores no mesmo ambiente profissional e social. A possibilidade de fácil identificação de ambos os membros já nos faz compreender a singularidade da repressão exercida na imprensa na cidade do interior. Em grandes centros urbanos como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, dificilmente um jornalista possuía qualquer tipo de convívio pessoal fora do ambiente de trabalho, ou mesmo convivência e modos comportamentais cordiais com o censor. É no cerne dessa singularidade que damos prosseguimento a nossas análises. Quando os depoentes são questionados sobre a possibilidade de Montes Claros, assim como nos grandes centros urbanos do Brasil possuir aparato repressor, respondem categoricamente:

A maior parte militares, não é? Militares que permaneciam fardados e também à paisana. Mas eram pessoas do governo, eram pessoas do governo! Do Serviço de Informação, do Exército, da Polícia Militar, da Polícia Civil, não é? Da Polícia Federal, né? Então reunia todos os órgãos que faziam a repressão (BRASIL, E. 2006).

Tinha, tinha censor! ... Existiam vários censores, eu não vou conseguir dizer o nome de todo mundo... Mas tinha censor sim! Para ficar fiscalizando as matérias... Apesar da habilidade dos repórteres, né? Dos editores para driblar as fiscalizações, mas sim já existiam censor sim, que cortavam, não deixavam sair qualquer coisa, não é? Não sair muita coisa, aliás! Entendeu? Então era um trabalho previamente fiscalizado. Mesmo! Então assim não

conseguia publicar muitas, muitas matérias, muitas informações polêmicas com êxito, não! Não conseguia! (NANDE, 2006).

Da mesma maneira, quando os depoentes descrevem o cotidiano das redações dos jornais e as maneiras de contornar a censura, é notório um misto de raiva, respeito e uma rotina de boa convivência. Era inevitável a convivência entre ambos em um mesmo ambiente atuando de acordo com as necessidades de suas profissões: um cerceando a liberdade de expressão e o outro tentando contornar a censura imposta a sua escrita. O jornalista sofria basicamente dois tipos de pressões: a de cunho social em que era fácil encontrar no dia a dia o censor que trabalha na redação do jornal conversando com a sua família, tendo contato com seus amigos e colegas; e a outra pressão, a profissional. O jornalista acata em vários momentos a censura porque precisa se manter na profissão para sustentar seus filhos, sua mulher, sua família.

Ainda identificamos a pressão psicológica, o jornalista teme fazer algo errado sob pena de não apenas sofrer a consequência, como a possibilidade de ocorrer qualquer penalidade na sua própria família. Por outro lado estava o militar que independente da patente exercida, tinha a vantagem de ser resguardado, uma vez que apenas os profissionais das redações tinham detalhes de suas atitudes, ou seja, a grande maioria da população local não tinha noção do que estava acontecendo. O censor como militar estava em uma posição superior, ele não sofria danos psicológicos, pessoais ou profissionais. Sobre a pressão profissional e psicológica vivenciada, a fala do jornalista Felipe Gabrich, ao descrever a sua “visita” forçada ao Batalhão de Polícia de Montes Claros, é um bom exemplo desse aspecto descrito:

E o... esse coronel, ele tinha o meu currículo, ele sabia mais da minha vida do que eu sabia da minha vida! Entendeu? Ele falou comigo: “Você...” E foi me dando, ele decorou meu currículo, ele decorou meu currículo, ele falou: “Você tem isso, você tem aquilo...” e Falou: “Oh, vai cuidar da sua família que é melhor!” Ele me sugeriu que eu parasse de escrever sobre o PMDB sobre ARENA, parasse de escrever sobre política em geral, que eu iria virar o alvo! E eu realmente até em respeito a mim mesmo eu parei de escrever sobre política com medo de ser mandado para Juiz de Fora (*Risos*). Eu fiquei realmente com esse, com esse trauma na cabeça! Entendeu? (*grifo nosso*) (GABRICH, 2006).

Percebemos através da leitura da citação anterior, que o jornalista deixa claro o receio dele e de sua família serem alvos da repressão. Desse modo, deixa de expressar suas ideias em relação a sua posição contrária as questões políticas do Regime Militar. De outro

modo, alguns artifícios eram utilizados pelos jornalistas no ambiente de trabalho, no intuito de contornar a censura. Também percebemos um recurso inusitado para contornar a censura. O jornalista George Nande descreve que para “enrolar” os censores, os convidavam para irem a bares ou botecos. Quando retornavam a redação do jornal para realizar a impressão já era tarde e muitas vezes o censor não tinha muito tempo para analisar as páginas antes de serem impressas. O jornalista destaca que essa atitude, teve bons resultados em vários momentos:

Para não dar tempo de chegar alguém e censurar tal material... e assim, assim e tal. E eles deixavam... iam para o boteco, para o boteco, para os botecos, bebiam e tomavam umas cervejas e tal... Depois... de um certo tempo é que eles iam para a redação, por volta de 22:30, 23:00 que é aí que eles iam finalizar a edição para soltar no outro dia. E aí se tiver que censurar alguma coisa então já era, né? O jornal já estaria nas bancas e tal. Mas foi um período assim de muita tensão, o pessoal ainda tinha medo de escrever qualquer coisa, não tinha essa liberdade de falar... (NANDE, 2006).

Essa distinta relação entre jornalistas e censores resultava em um trato particular e inusitado, que reflete um cotidiano próprio de uma cidade do interior. As relações sociais se mesclam, caracterizando esse convívio no dia a dia como paradoxal. Cordialismo e respeito nas relações sociais e um misto de aversão por ser censurado. A necessidade de convivência de ambos na mesma cidade e no mesmo ambiente profissional.

È importante salientar que não foi apenas utilizando esses artifícios da convivência que os jornalistas conseguiram contornar a censura. Apesar de ser algo complicado devido a essa constante relação de proximidade profissional e pessoal, os profissionais utilizaram mecanismos a que os órgãos de imprensa nacional também recorreram, tais como: metáforas e linguagem subliminar:

[...] por exemplo, se a imprensa fosse noticiar: “Ladrão de galinha é preso”. Sabe? Aquele ladrão de galinha é preso, mesmo que falasse que ele realmente, toda matéria que um rapaz que foi preso apanhando uma galinha na casa de um vizinho e não falasse mais nada, mesmo assim, sabe? A sociedade poderia indagar ou questionar: “E quem rouba além de uma galinha?” Então era tudo nas entrelinhas, não é? Chico Buarque de Holanda foram um dos que mais falavam: “Pai afasta de mim esse cálice” que a maioria o cálice era tão simbolista, tem tanto simbolismo nessa palavra cálice, que você pode escrever: C-A-L-E um – S E, como um cala a boca; e com CÁLICE que representa uma dor, né? O sangue de Cristo, então tudo vinha nas entrelinhas, sabe? Então você tinha que ter as metáforas, dos artistas também na sua concepção para você poder entender as mensagens. Então era tudo camuflado! (grifo nosso). (ALMEIDA, 2006)

Todos os temas e manchetes eram analisados, desde as páginas policiais as esportivas. Quando questionados sobre a metodologia empregada pelo censor, os jornalistas explicam que não parecia haver regras ou métodos exatos. A desconfiança de tudo o que eles escreviam era a rotina da censura. Observam que em várias ocasiões, os textos jornalísticos publicados, passaram por leituras cerceadoras, recortes para, enfim chegarem conseqüentemente às mãos dos leitores. Como expressa em sua obra “*A ordem do Discurso,*” Michel Foucault explica como o discurso cerceado pelo poder pode ser metodicamente analisado no intuito de minimizar ou retirar tudo aquilo que é considerado nocivo para a sociedade:

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm a função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2003: 8-9).

Os discursos elaborados pelos jornalistas da cidade de Montes Claros passaram por censores que determinavam quais as manchetes e de que forma os temas deveriam ser redigidos. O Censor representa a instituição que procura de todos os modos evitar e eximir a publicação de discursos que expressam ideias, considerados por eles permissivos e com conteúdos contrários ao Governo Militar.

Outro aspecto de suma importância em nossas análises é a aplicabilidade dos mecanismos institucionais da censura nas redações da cidade de Montes Claros. As leis que surgiram a nível nacional como objetivo de reprimir e controlar a imprensa tais como a Lei de Imprensa de 1967 e o Ato Institucional número 5 (AI-5), não tiveram a mesma repercussão a nível nacional porque desde 1964 a censura já era realizada.

A Lei de Imprensa, aprovada em 1967, intencionava aumentar as penalidades para os crimes contra a Segurança Nacional e diminuir a liberdade crítica dos jornalistas. Visava coibir a divulgação de qualquer informação que não interessasse ao governo. A imprensa deveria representar um elemento aglutinador, gerador de consenso, divulgando os *feitos da Revolução*, o crescimento econômico e as campanhas ufanistas do governo (STEPHANOU, 2001: 44).

A Reunião do Conselho de Segurança Nacional, que aprovou o AI-5, “[...] ocorreu no palácio das laranjeiras, no Rio de Janeiro, no dia 13 de dezembro de 1968 [...]” (STEPHANOU, 2001: 44). No mesmo dia o decreto foi sancionado pelo presidente Costa e Silva e apresentado pelo ministro da Justiça Gama e Silva e pelo locutor Alberto Curi.

Percebemos que a legislação criada e institucionalizada obedece a uma cronologia e à necessidade dos próprios governantes de se estabelecerem utilizando meios legais imprimindo a censura com maior rigor no Brasil, essencialmente nos anos de 1967 e 1968 respectivamente. Ao serem indagados sobre a aplicabilidade das subseqüentes leis, os jornalistas apontam outro diferencial da repressão realizada em Montes Claros:

Ela teve e não teve! Ela foi abrandada no interior, principalmente no interior como Montes Claros [...] Montes Claros merece ter um tratamento especial nesse capítulo da Revolução por sediar o *Décimo Batalhão*, pela importância da participação do *Décimo Batalhão* no movimento. Então Montes Claros já havia, antes dessa lei do patrulhamento em 67, e eu acho também, que é outra besteira, não precisava disso, [...] para o interior eu acho que ela não funcionou não. Porque mesmo porque, logo após a Revolução, antes mesmo a instituição dos Atos Institucionais do Artur da Costa e Silva, pelo então famigerado Ato Institucional Número 5. Antes de todas essas decisões, antes do todo qualquer patrulhamento declarado do... Regime Militar contra a iniciativa privada civil nesse país, Montes Claros já tinha capitulado em todos os sentidos as determinações do Regime que estava instalado em Brasília e... houve esse zelo do próprio Coronel Georgino de colocar, ele que colocou por iniciativa própria nos jornais os oficiais para tomar conta. Então esse patrulhamento que veio em 1967 em nível nacional, ele já existia em Montes Claros desde 64 [...] (ALMEIDA, 2006).

Assim, percebemos a rotina das redações não foi alterada com a aplicabilidade tanto da Lei de Imprensa como do AI-5. Essa lei apenas serviu para institucionalizar legalmente práticas de censura árdua que já estavam presentes nas redações dos jornais da cidade de Montes Claros.

Considerações finais

Por fim, podemos inferir que a imprensa de Montes Claros, no período do Regime Militar, possuiu características análogas à imprensa nacional quando identificamos as maneiras de contornar a censura imposta. No entanto, quando analisamos a censura feita na cidade, mostramos as particularidades locais no espaço de sociabilidade e no cotidiano das redações dos jornais. Respeito e cordialismo entre jornalistas e censores são bons exemplos desse aspecto. Em vista disso, consideramos primordial o resgate da memória dos profissionais da imprensa local. Assim puderam finalmente “desabafar” ao narrarem as suas trajetórias como profissionais em um período de censura e repressão. Trajetórias marcadas por cerceamento de liberdade e de opinião que acarretaram constrangimentos a esses profissionais e que, aos moldes da História Oral, pudemos trazer à público. Mais que recordações do

momento, intentamos contribuir com informações e reflexões importantes sobre um momento histórico-social e político local que amplamente silenciado.

Fontes e Bibliografia:

FONTES ORAIS:

BRASIL, Eduardo Almeida. Entrevista realizada em 18/03/2006, na cidade de Montes Claros / MG na Sede do Jornal *O Norte*: Rua Rodrigues Alves, 334, Centro; dentro do contexto da monografia da acadêmica do 7º Período de História: Camila Gonçalves Silva, cujo título tema: “*Silenciados pela Ditadura: As vozes daqueles que fizeram a imprensa em Montes Claros de 1970 a 1985*”.

GABRICH, Antônio Felipe. Entrevista realizada em 21/03/2006, na cidade de Montes Claros / MG na Universidade Estadual de Montes Claros / UNIMONTES dentro do contexto da monografia da acadêmica do 7º Período de História: Camila Gonçalves Silva, cujo título tema: “*Silenciados pela Ditadura: As vozes daqueles que fizeram a imprensa em Montes Claros de 1970 a 1985*”.

NANDE, George. Entrevista realizada em 12/04/2006, na cidade de Montes Claros / MG na Câmara Municipal de Montes Claros; dentro do contexto da monografia da acadêmica do 7º Período de História: Camila Gonçalves Silva, cujo título tema: “*Silenciados pela Ditadura: As vozes daqueles que fizeram a imprensa em Montes Claros de 1970 a 1985*”.

REVISTAS:

Revista *Montes Claros em Foco*. Janeiro e Fevereiro de 1964. Número 24, ano VII.

Revista *Montes Claros em Foco*. Junho e Julho de 1964. Edição Extra - Número 25, Ano VII. Matéria: *Generais da Revolução*.

Revista *Tempo*. Capa: *Especial Montes Claros 150 anos*. Montes Claros – MG – Julho de 2007, número 29.

Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 1, número, 4 outubro de 2005. Matéria: Jornalismo “chapa branca”.

SITES:

BRASIL, Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Disponível em: <<http://www.ListaTextoIntegral.html>>. Acesso em 02 de Julho de 2008.

MINAS GERAIS, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. História da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e do 10º Batalhão de Polícia Militar. Disponível em: <<http://http://www.pmonline.com.br/modules/smartsection/category.php?categoryid=3>> e <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/02/275183.shtml>>. Acesso em 22 de Junho de 2008.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970 – 2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrimdo o Brasil).
- ABREU, Alzira Alves de; WELTMAN-LATTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica (Orgs). *Mídia e Política no Brasil: Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *Usos e Abusos da História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula; FERNANDES, Tânia Maria *O diálogo da História Oral com a Historiografia Contemporânea*. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *História Oral: Teoria, Educação e Sociedade*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006, p.13-32.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ASSUNÇÃO, Luís Fernando. *Assassinados pela ditadura: Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao Quadro Teórico*. Rio de Janeiro: Celta. 2002.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, F. Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.45-59.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a Ditadura Militar*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. (Polêmica).
- DO VALLE, Maria Ribeiro. *1968 O diálogo é a violência: Movimento estudantil e Ditadura Militar*. São Paulo: Unicamp, 1999. (Teses).
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. São Paulo: Record, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2005. (Coleção Leituras Filosóficas).
- FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- JEANNENEY, Jean-Noël. *A Mídia*. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.213-230.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 2003.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (Descobrimdo o Brasil)
- MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira 1968-1978*. São Paulo: Global. (Passado & Presente).
- POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol.2, n° 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, 163-198.

SILVA, Camila Gonçalves. *Silenciados pela Ditadura: As vozes daqueles que fizeram a imprensa de Montes Claros de 1964-1985*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros/MG. (UNIMONTES), 2006, 153f.

SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

STEPHANOU, Alexandre Ayube. *Censura no Regime Militar e Militarização das Artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História).

Notas

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. E-mail: camilag7@yahoo.com.br. Secretária de Pós-Graduação Instituto de Ciências Humanas – ICHL. Campus Universitário, s/nº – Bairro Martelos, Juiz de Fora – Minas Gerais. Cep: 36.036-030.

² No decurso do artigo ao citarmos o 10º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais situado em Montes Claros, utilizaremos a referida sigla da instituição no decurso do artigo, 10ºBPMMG.